

# Solução

unilateral  
não é *Dúvida*  
descartada *Est*

27 NOV 1986

por Celso Pinto  
de São Paulo

Obter um sensível alívio no pagamento da dívida externa é um complemento indispensável ao pacote econômico aprovado na sexta-feira passada. Espera-se que seja possível fazê-lo pela negociação. Se assim não for, o País será empurrado a conseguí-lo de forma unilateral.

A análise foi feita a este jornal pelo secretário especial para assuntos econômicos do Ministério da Fazenda, Luiz Gonzaga Belluzzo. Sua expectativa é de que a questão da dívida se defina num prazo bastante curto.

Espera-se que a disposição dos credores se revele na reunião que o Clube de Paris terá no próximo dia 15 de dezembro. Indefinições ou adiamentos serão muito mal recebidos em Brasília.

A disposição do governo ficou clara, ontem, com a resposta que o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, deu à imprensa, quando indagado sobre a possibilidade de uma moratória. "A moratória é sempre um caminho duro, difícil, mas um dia pode ser necessária", disse o ministro.

A hipótese de uma centralização cambial parece um pouco mais remota, porque a primeira reação das contas externas ao pacote foi positiva. Inverteu-se, nos últimos dias, o sinal: conseguiu-se estancar a perda líquida de reservas e obter pequenos ganhos. A divulgação do pacote e a fixação da nova regra cambial reverteram parte do movimento especulativo no setor externo.

A balança comercial de novembro vinha apontando para um resultado próximo de zero ou até um pequeno déficit. Como o pacote foi decidido no dia 22, dando margem a alguma recuperação, e como a Cacex vem segurando as importações, pode haver uma melhora no número final.

Não há dúvidas, contudo, de que a centralização virá, caso as reservas caiam abaixo de um piso que alguns situam em US\$ 4 bilhões. O próprio ministro Dilson Funaro deixou isso claro, no domingo passado, no programa Crítica e Autocrítica. Perguntado se centralizaria o câmbio caso as reservas caíssem abaixo de um limite, ele foi categórico: "Deveria ser um dever do governo fazer isso". E completou: "Nós

(Continua na página 22)

GAZETA MERCANTIL

## Solução unilateral não é... *Dúvida*

por Celso Pinto  
de São Paulo  
(Continuação da 1ª página)

não vamos chegar para negociar sem reservas".

Independente do comportamento das reservas, contudo, a hipótese de alguma ação unilateral ficou mais forte. Belluzzo admite que a solução para a questão da dívida externa passou a ser um fator de possível reaglutinação da coesão política interna. Em outros termos, poderá vir a ser uma forma de o governo retomar parte da iniciativa perdida com a péssima repercussão política provocada pelo pacote de ajuste do Cruzado. O PMDB, por outro lado, pressionará fortemente na direção de uma ação unilateral.

E difícil imaginar que tipo de repercussão uma eventual atitude unilateral brasileira poderia ter junto a outros grandes devedores. O México, que recentemente concluiu um acordo com o FMI, dificilmente mudaria de rumo, mas a situação econômica Argentina e as afinidades entre seu governo e o brasileiro po-

dem abrir algum campo de cooperação.

Existe um fato, a visita ao Brasil do presidente argentino, Raúl Alfonsín, no dia 8 de dezembro, marcada há muito tempo. Será uma oportunidade para avançar os acordos de cooperação econômica entre os dois países, mas certamente também propiciará muitas conversas a respeito da dívida. Elas deverão acontecer, também, hoje e amanhã, na viagem que Belluzzo e dois outros assessores da Fazenda farão a Buenos Aires para preparar a vinda de Alfonsín. O objetivo desta viagem é discutir os acordos de cooperação, mas é provável que o tema da dívida surja nos encontros com autoridades argentinas.

A disposição de solidariedade, a propósito, tem ido além do que os fatos conhecidos têm revelado. Pelo que apurou este jornal junto a uma fonte credenciada, durante a última reunião do FMI, em Washington, em outubro, em certo momento a discussão sobre o caso do México chegou perto de um impasse.

Os mexicanos ameaçaram seus credores de passar a pagar os juros externos em pesos, numa conta no país, caso eles não aceitassem assinar um acordo favorável. Autoridades brasileiras e argentinas se ofereceram, então, para divulgar uma nota conjunta apoiando uma eventual atitude mexicana neste sentido. A nota acabou não saindo, a pedido do próprio governo mexicano.

O episódio serve tanto para mostrar a afinidade entre Brasil e Argentina na questão da negociação da dívida como a cautela mexicana. São indicações que podem ser úteis no futuro imediato.

Isto não quer dizer, contudo, que a hipótese de uma solução negociada favorável ao País esteja descartada. Ao contrário, o governo está acumulando bons indícios nesta direção. Só não está disposto a adiar decisões e manter a situação em aberto apenas apoiado em promessas.

Um indicador positivo, por exemplo, é o sinal de que o FMI deverá apoiar a pretensão brasileira de ne-

gociar com os credores baseado apenas em uma consulta anual, rotineira, dos técnicos do FMI ao País (Ver matéria acima).

Mais do que isto, acumulam-se promessas de restabelecimento de créditos oficiais de governos ao Brasil, tão logo esteja resolvida a negociação no âmbito do Clube de Paris. Brasília conta, por outro lado, com a simpatia de vários ministros de países credores que discutirão o caso brasileiro no Clube de Paris, no dia 15.

Os dois pontos delicados são a forma de acompanhamento do FMI à economia brasileira e a questão do pagamento dos atrasados que o País está devendo. O Brasil aceita pagá-los só se os novos empréstimos dos governos forem suficientes para cobrir os gastos; outros países querem que o Brasil pague antes e negocie depois.

Também no âmbito dos bancos privados internacionais surgem sinais encorajadores. O Chase Manhattan Bank chegou, inclusive, a encaminhar uma proposta de empréstimo ao Brasil que significaria, caso concretizado, dinheiro novo, algo que não acontece voluntariamente vindo de bancos desde o início da crise da dívida em 1982.

São estes sinais que levam alguns no governo, como o presidente do Banco Central, Fernando Bracher, a apostar firmemente no sucesso da solução negociada. O cenário ideal nesta direção seria a obtenção de um acordo de longo prazo bastante favorável e a reabertura do mercado voluntário de créditos ao País.

É claro que se houver, de fato, uma chance de seguir nesta direção, ela será muito bem recebida. "A negociação é melhor para todo mundo", confirma Belluzzo.

Alguns técnicos no governo temem, no entanto, que as promessas possam acabar encobrindo o desejo de alguns credores de apenas ganhar tempo, na expectativa de que os meses corram contra o poder de barganha do País. Por esta razão, cresce a ansiedade em definir os parâmetros para a dívida o mais rapidamente possível.